

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

## SUMÁRIO

- 1 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

**Local visitado: Escola Estadual Vinícius de Moraes, Município de Betim**

### Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 13.350/2022, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 11/11/2022, a Escola Estadual Vinícius de Moraes, no Município de Betim, com o objetivo de ouvir os diferentes segmentos da comunidade escolar sobre a situação da oferta do ensino médio na escola e o atendimento da demanda existente na região para esse nível de ensino.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e a acompanharam: a diretora da escola, professora Hivana Sabak; o vice-diretor, professor Marcílio Eustáquio de Cássio Silva; representantes do corpo docente e discente da escola; o coordenador do Sind-UTE-MG, subsede Betim, Luiz Fernando Souza Oliveira; o diretor da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, Edmar Ferreira de Souza e a servidora da mesma superintendência, Ana Cristina Ricci.

### Relato

A Escola Estadual Vinícius de Moraes está situada no bairro Jardim das Alterosas 2ª seção, que fica em uma das regiões mais densamente povoadas de Betim. O local ocupado pela escola abrigou, anteriormente, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpia Maria da Glória.

O Município de Betim construiu uma nova unidade escolar de ensino fundamental ao lado da escola antiga. No imóvel remanescente, foi instalada a Escola Estadual Vinícius de Moraes, que atende alunos de ensino médio. Como relatou a diretora da unidade de ensino, que está à frente da gestão escolar desde 2012, a cessão do imóvel permanece em caráter precário, razão apontada pelo Estado para o não investimento na infraestrutura da escola, que se encontra em situação crítica.

Toda a edificação tem pé direito baixo, o que traz desconforto térmico e acústico para alunos e professores; o mobiliário está danificado; não há espaço de descanso, em especial para quem fica mais de oito horas na escola. O piso de todos os espaços é irregular, inclusive na quadra, onde há muitos buracos, o que aumenta o risco de quedas nas aulas de Educação Física e atividades esportivas. As instalações sanitárias estão em péssimas condições, com banheiros pequenos e inadequados. No meio de um deles há

um degrau enorme que dificulta o acesso dos toaletes. No forro do telhado há buracos e goteiras. Em uma das salas de aula, sujeita a inundação, instalaram uma vedação improvisada no piso, que traz risco de tropeços e quedas. A cozinha é pequena e sem circulação de ar adequada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia – visita à Escola Estadual Vinicius de Moraes, em Betim, 11/11/2022. Foto: Sarah Torres. *Destaque para o piso irregular e, no centro e ao fundo da imagem, a barreira (na cor branca) a fim de evitar inundação de sala de aula pela chuva.*

A biblioteca é extremamente simples e a maior parte do acervo é constituído de livros didáticos fora de uso. De acordo com os presentes, o material ali disponível é insuficiente como suporte pedagógico para as diversas disciplinas. Apenas uma estante de dimensões modestas contém exemplares de obras literárias. Há uma pilha de caixas onde estão armazenados, há quase um ano, 30 computadores fora de uso por falta de um técnico da Secretaria de Estado da Educação que os coloque em funcionamento. E, de acordo com a direção da escola, mesmo que houvesse recurso para contratação de serviços técnicos especializados, não há autorização do órgão central para que a própria unidade de ensino resolva a questão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia – visita à Escola Estadual Vinicius de Moraes, em Betim, 11/11/2022. Foto: Sarah Torres. *Destaque para as caixas contendo 30 computadores à espera de montagem desde fevereiro de 2022.*

Além dessas questões fundamentais relativas à infraestrutura, a adesão ao Novo Ensino Médio em período integral suscita dúvidas e questionamentos na comunidade escolar, sobretudo entre os alunos dessa modalidade, que permanecem em torno de nove horas na escola.

A carga horária do ensino médio em período integral pode ultrapassar as 35 horas semanais ou 7 horas diárias. Já a carga horária do ensino médio regular é de 20 horas semanais ou 4 horas por dia. Com a reforma do ensino médio, essa carga horária passou, respectivamente, para 25 e 5 horas.

De acordo com o Ministério da Educação, beneficiar instituições em locais de vulnerabilidade social e reduzir a evasão escolar é a missão primordial do Ensino Médio em Tempo Integral. Na prática, segundo os relatos dos alunos da escola visitada, a realidade é bem diferente, para não dizer oposta.

O ideário do Novo Ensino Médio parte de um diagnóstico correto – esse nível de ensino não consegue reter seus matriculados até a conclusão do último ano, nem manter seu interesse na escola e nos estudos. No entanto, seus críticos entendem que o que está proposto é meramente um aumento de carga horária, não uma educação verdadeiramente integral.

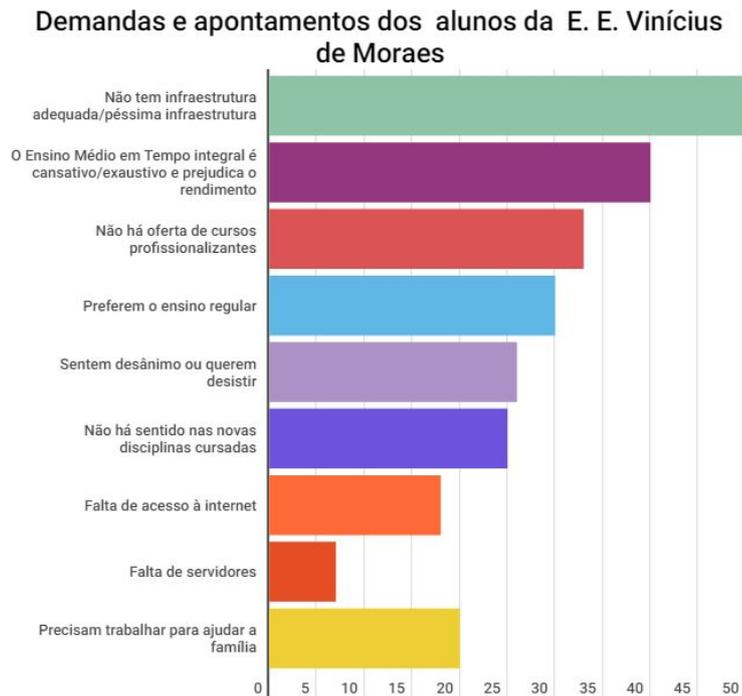
A flexibilização de percursos entre disciplinas dos diferentes campos de conhecimento, por exemplo, pode ser interpretada, de acordo com esses críticos, mais como uma rendição a valores típicos de uma sociedade hedonista – um modelo pedagógico criado para que a escola seja prazerosa –, do que como um conjunto de estratégias que estimulem a autonomia discente ou fomentem a dedicação aos estudos. E, além disso, segundo esses críticos, o novo modelo não supera a perpetuação das desigualdades sociais que os próprios sistemas de ensino reproduzem. Infelizmente esses questionamentos foram corroborados tanto pelo que foi observado pelos presentes à visita quanto pelos relatos dos representantes da comunidade escolar.

Os alunos da Escola Estadual Vinicius de Moraes descreveram aos visitantes as dificuldades que enfrentam no Ensino Médio em Tempo Integral, além de entregarem seus depoimentos e reivindicações por escrito à parlamentar que conduziu os

trabalhos. Entre elas está a de que o ensino médio regular também seja ofertado durante o dia e não apenas no período noturno, turno que a maior parte dos estudantes não tem maturidade para frequentar, como relatou uma mãe de aluno.

Foram-nos encaminhados 83 depoimentos por escrito de estudantes, dos quais 35 do sexo masculino, 38 do feminino e 10 não identificados. Em relação à série, 38 eram alunos do 1º ano, 18 do 2º ano, 13 do 3º ano e 14 estudantes não se identificaram. Os depoimentos eram, em parte, de livre escrita e, em parte, respostas a uma pesquisa de opinião organizada na própria escola.

No gráfico a seguir apresentamos uma compilação dos principais problemas e demandas apontados tanto nas manifestações orais quanto escritas, indicando comparativamente o seu grau de frequência.

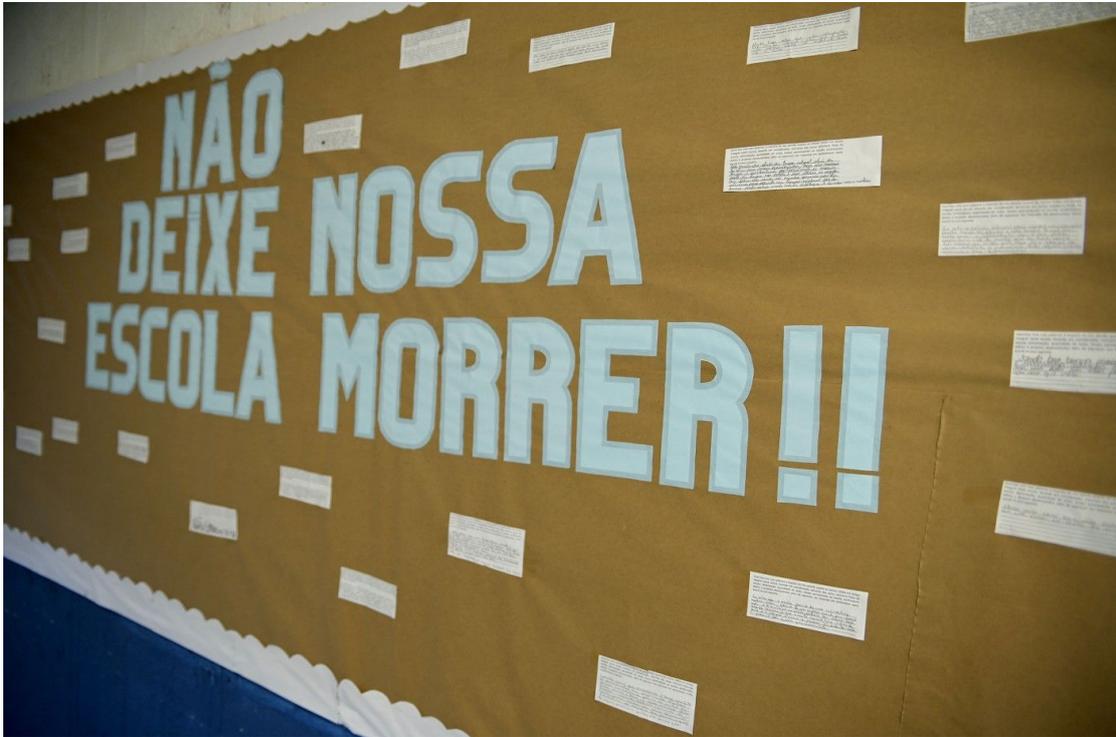


A maioria dos estudantes da E. E. Vinícius de Moraes – no caso dos que encaminharam correspondência, mais de 60% – revela que a instituição: não cumpre os requisitos mínimos de infraestrutura para a permanência dos alunos, especialmente no atendimento ao período integral; não oferece acesso a computadores e à internet; não oferece biblioteca equipada e em boas condições de uso; negligencia a salubridade dos ambientes escolares; não dispõe de número suficiente de servidores.

Além disso, o Ensino Médio em Tempo integral é considerado exaustivo por praticamente metade dos autores dos depoimentos encaminhados, condição também relatada pelos depoentes durante a visita. Outra situação identificada é a ausência de oferta de cursos profissionalizantes e a impossibilidade de concomitância com cursos externos, em razão da carga horária. As novas disciplinas oferecidas não são interessantes, muitas vezes chegam a ser desnecessárias ou não acrescentam nada à vida estudantil para um significativo número de alunos. Um número expressivo de estudantes (26 ao todo) afirmaram por escrito que vão desistir da escola. Os alunos que se manifestaram pessoalmente e boa parte dos que encaminharam depoimento escrito expressaram que preferem o ensino regular e que esse é o modelo mais compatível com suas realidades de vida e da comunidade escolar.

Nos depoimentos escritos houve elogios à alimentação escolar, à qualidade do cardápio e dos alimentos. Os alunos também reconheceram a dedicação dos professores para amenizar as adversidades enfrentadas por eles. O trabalho desenvolvido pelo professor Marcílio Eustáquio de Cássio Silva, que pode ser acompanhado durante a visita, é um exemplo desse esforço docente.

Os relatos obtidos corroboram, assim, as impressões da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre a unidade de ensino: é fundamental a revisão do modelo adotado, com a oferta do ensino médio regular no período diurno e a realização de intervenções de urgência na infraestrutura da escola.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia – visita à Escola Estadual Vinicius de Moraes, em Betim, 11/11/2022. Foto: Sarah Torres. *A comunidade escolar luta contra a evasão decorrente da adoção do tempo integral.*

### **Conclusão**

A finalidade da visita foi plenamente cumprida. O evento propiciou contato com os alunos, professores e demais segmentos da comunidade escolar que puderam expressar suas críticas ao Novo Ensino Médio e à escola em tempo integral, bem como a inadequação desses modelos à realidade da maior parte dos estudantes da região e da própria unidade de ensino.

Percorrer as edificações forneceu os elementos necessários à verificação das reais condições de funcionamento do estabelecimento visitado, totalmente inadequadas, em particular para receber alunos em período integral, no qual o tempo de permanência pode ultrapassar as 9 horas diárias.

Verificou-se também que os computadores para o laboratório de informática permanecem fora de uso por falta de um técnico autorizado pela Secretaria de Estado de Educação que os coloque em funcionamento.

Por fim, o evento possibilitou constatar que o novo modelo de ensino médio, que se pretende inovador e inclusivo, tem sido desagregador e afastado os estudantes da escola, além de não resolver os reais problemas da educação brasileira. A evasão dos alunos é a óbvia consequência dessa série de descompassos dos quais a E. E. Vinicius de Moraes é um retrato.

Diante dessas questões e de outras demandas constatadas, esta comissão aprovou pedidos de providências consignados no Requerimento nº 13.542/2022, que solicita a imediata montagem e operação dos computadores que se encontram guardados na Escola Estadual Vinicius de Moraes; Requerimento nº 13.537/2022, que solicita que seja regularizada, no Município de Betim, a situação do imóvel onde se localiza a referida escola para viabilizar os investimentos necessários do Estado na infraestrutura da unidade de

ensino; Requerimento nº 13.536/2022, que solicita seja autorizado o ensino médio regular no período diurno, como modalidade exclusiva para os alunos da Escola Estadual Vinícius de Moraes.

Por fim, como medida de reconhecimento e valorização do trabalho realizado pelo professor Marcílio Eustáquio de Cássio Silva, esta comissão aprovou o Requerimento nº 13.544/2021 para conceder-lhe voto de congratulações pela dedicação aos alunos, à profissão docente, ao ensino de ciências e à comunidade escolar.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, relatora.



## **CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**

### **CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 11/1/2023, a seguinte correspondência:

#### **OFÍCIOS**

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.152/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.102/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.105/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.150/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.152/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.103/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.151/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.260/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.089/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.103/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Ouvidoria-Geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.725/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Ouvidoria-Geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.220/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.312/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.548/2022, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.104/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.352/2022, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.368/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.221/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.216/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.280/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.563/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.561/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.560/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.880/2022, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.661/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Betim, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.809/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.458/2022, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.104/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.949/2022, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.148/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.294/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.554/2022, das Comissões de Esporte, do Trabalho, de Direitos Humanos, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.960/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.111/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.366/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.572/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.574/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.587/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.588/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.621/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.624/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.573/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério do Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.751/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando apoio para aprovação do Projeto de Lei nº 3.845/2022, em tramitação nesta Casa, e a juntada do documento que encaminha a essa proposição. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Edivaldo Bueno dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Cambuí, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. Petrônio Macedo Serra, presidente da Câmara Municipal de Turmalina, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. Rafael Mateus Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Ferros, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. Cláudio Antônio de Souza, presidente da Câmara Municipal de Conceição do Rio Verde, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. José Cleidimar Medeiros, presidente da Câmara Municipal de Capitão Andrade, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. Tim Maritaca, presidente da Câmara Municipal de Cláudio, informando a composição da nova mesa diretora dessa casa.

Do Sr. Cláudio Mendonça, superintendente da Caixa Econômica Federal, informando liberação de recursos financeiros relativos ao Contrato nº 0397.767/50, celebrado com o Estado com recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento para Todos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Melo Vieira, da Caixa Econômica Federal, comunicando a rescisão do Contrato de Repasse nº 909529/2020, Operação nº 1073710-07, por não atendimento de cláusula suspensiva. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Álvaro Portel Júnior, diretor substituto de inteligência penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, informando a celebração, entre esse ministério e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Convênio Plataforma + Brasil nº 936549/2022 (334/2022 – Depen-MJSP). (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Jader da Silva Vaz, chefe de gabinete da Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais – Aespi – da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT –, informando a abertura da Audiência Pública ANTT nº 14/2022 sobre a concessão da BR-153/262/GO/MG. (– À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Aida Iris de Oliveira, chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República, acusando o recebimento do Relatório Final da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido relatório.)

### **CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 12/1/2022, a seguinte correspondência:

### **OFÍCIOS**

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.711/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.699/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.127/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.209/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.071/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.085/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.024/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.019/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Itanhomi, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.208/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.338/2021, do deputado Professor Cleiton. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.692/2021, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.169/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.777/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.195/2021, das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.074/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/1/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Jeovane Rodrigues Ferreira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Núbia Iris Vaz, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio;

nomeando Silmara Candinho Alves Filgueiras, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.